



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília (DF), 4 de novembro de 2015.

**Discurso do Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania e Diretor de
Administração do Banco Central do Brasil, Luiz Edson Feltrim, no Fórum
de Cidadania Financeira.**

Senhoras e senhores, bom dia. Sejam bem-vindos. É com muito orgulho que inauguramos hoje o **Fórum de Cidadania Financeira**.

Cumprimento, em especial, os integrantes desta Mesa:

- ✓ Guilherme Afif Domingos, Presidente do Sebrae Nacional
- ✓ Heloísa Menezes, Diretora do Sebrae Nacional
- ✓ Carlos Moya, Representante da *Alliance for Financial Inclusion* (AFI) na América Latina
- ✓ Elvira Cruvinel, Chefe do Departamento de Educação Financeira

E também:

- ✓ meus colegas da Diretoria Colegiada do Banco Central
- ✓ profissionais de imprensa, palestrantes, colaboradores, e você, participante, motivo maior do nosso encontro.

Início minha fala com uma palavra-chave para a promoção da cidadania financeira: parceria. Educação financeira, proteção ao consumidor de serviços financeiros e inclusão financeira da população somente podem ser construídas com o esforço e o comprometimento de ampla rede de parceiros, sejam do setor público ou da iniciativa privada.

Nesse sentido, a longa e exitosa parceria do Banco Central com o Sebrae -- da qual muito nos orgulhamos, presidente Afif -- tem fomentado troca de conhecimentos e ações conjuntas em prol da inclusão financeira dos pequenos negócios, importante força motriz de nossa economia. Lembro-me que, em 2002, Sebrae e Banco Central já estavam juntos na promoção dos seminários de microcrédito, importante no amadurecimento do debate que hoje ruma para a cidadania financeira. A toda a equipe do Sebrae, agradeço por essa parceria, também na realização de mais este Fórum e espero continuar juntos nessa caminhada.

Agradeço, também, aos patrocinadores, que apoiam a realização deste evento:

- ✓ Associação Brasileira de Bancos (ABBC);
- ✓ Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF);
- ✓ Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
- ✓ Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Inclusão financeira é um termo que permite diferentes acepções.

Para nós do Banco Central, é o “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida”.

Diversos organismos, a exemplo do Financial Stability Board (FSB) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vêm dando ênfase a esses temas em seus documentos.

Temos visto também maior coordenação entre os reguladores e supervisores em nível internacional. Por exemplo, menciono a Parceria Global para Inclusão Financeira do G-20, que é responsável pela coordenação e pela implementação do Plano de Ação de Inclusão Financeira lançado em 2014, que estabelece linhas de ações prioritárias para aprofundar a inclusão financeira nos próximos 5 anos.

Nos últimos anos, o Brasil passou por grande transformação econômica e social, o que tem exigido de nós esforço para a inclusão financeira da população. Nos últimos oito anos, houve aumento do número de clientes do Sistema Financeiro Nacional de quase 45%, enquanto o número de contas correntes cresceu 60% no mesmo período. Em 2014, mais de 84% da população adulta estava incluída no sistema financeiro pelo relacionamento bancário com uma instituição financeira. Reflexo disso, o Brasil ficou em 3º lugar no *ranking* de inclusão financeira entre países emergentes, elaborado pelo Centro de Inovação Tecnológica do Instituto *Brookings*, com especial destaque para o ambiente regulatório, considerado bem desenvolvido no tocante à inclusão financeira.

A capilaridade das instituições financeiras é um dos pilares da inclusão financeira. Conforme consta do “Relatório de Inclusão Financeira 2015” elaborado pelo BC, que será divulgado hoje e debatido neste Fórum, as instituições financeiras estão cada vez mais presentes no extenso território nacional, e a densidade de pontos está cada vez maior. Hoje, todos os municípios brasileiros contam com algum ponto de atendimento do Sistema Financeiro. Nesse sentido, destaca-se o papel que os correspondentes bancários têm na promoção do desenvolvimento socioeconômico, ao ampliar a prestação de serviços para a população de baixa renda, a melhoria do atendimento às pessoas já bancarizadas e o estímulo à concorrência. Os correspondentes foram responsáveis por mais de 2,5 bilhões de transações em 2014. O *internet banking* também foi primordial na aproximação do consumidor com a IF. As operações por este meio cresceram com taxa média de 16,4% entre 2010 e 2014, somando 39,2% de todas as transações financeiras.

As cooperativas de crédito, de igual modo, têm contribuído, significativamente para o processo de inclusão financeira no Brasil. Um bom parâmetro é a evolução do número de cooperados, particularmente nos últimos quatro anos. De acordo com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existem hoje, aproximadamente, 7,5 milhões de associados. Em 2010, esse número era de pouco mais de 4 milhões. A Rede de Atendimento, fundamental para o avanço da inclusão financeira no país, especialmente em regiões remotas, mais que triplicou, rumando para 6.000 pontos¹ próprios.

Reitero aqui o desafio lançado pelo Ministro Alexandre Tombini em agosto último, no evento “Novo Ciclo do Cooperativismo de Crédito no Brasil” de se alcançar 10 milhões de cooperados.

¹ *Rumos do cooperativismo financeiro no Brasil*, disponível em <www.confefbras.coop.br>.

Hoje divulgamos a Circular 3.771/15 e seu respectivo Comunicado com o enquadramento das mais de mil cooperativas de crédito nas 3 Classificações definidas pela Resolução 4.434

- Capital e Empréstimo
- Clássica
- Plena

Os bons indicadores no Brasil refletem o resultado de estratégias voltadas para a promoção da inclusão financeira, como a melhora dos canais de distribuição e o aumento da transparência na relação entre o cidadão e o sistema financeiro. Cito dois deles.

O “Ranking de Instituições por Índice de Reclamações”, feito especialmente para ajudar o cidadão, tem se mostrado indutor de melhoria da relação das instituições com seus clientes e usuários – o que poderá ser verificado em uma oficina técnica que debaterá o relacionamento do cidadão com o Sistema Financeiro.

Outro exemplo de atuação voltada ao interesse do cidadão é o Sistema Registrato, que permite ao cidadão acessar informações de seus créditos e de seus relacionamentos com as instituições, de forma rápida e segura.

Nesse primeiro ano de funcionamento deveremos atender 180 mil pedidos, bem superior aos 30 mil relatórios anuais, quando o cidadão precisava se dirigir ao Banco Central para obter essas informações.

O processo não acaba aqui. Precisamos consolidar e qualificar a inclusão financeira. É chegado o momento de ampliar e melhorar o leque de produtos e serviços e torná-los ainda mais eficazes, mais eficientes ao menor custo possível.

Ainda que nosso evidente progresso seja motivo para orgulho e celebrações, desafios precisam ser superados. Muitos deles, os senhores e as senhoras aqui presentes terão a oportunidade de debater ao longo deste Fórum.

Os Fóruns de Inclusão Financeira, ao longo de suas seis edições, como muitos de vocês puderam testemunhar, consolidaram-se como espaço privilegiado de discussão sobre Inclusão Financeira. Nesse período, o debate amadureceu, ganhou novos contornos, passando a abranger, também, a preocupação com a proteção ao consumidor de serviços financeiros e a educação financeira da população. O **Fórum de Cidadania Financeira** marca a ampliação desse escopo. O entendimento do Banco Central é que os elementos educação, proteção e inclusão contribuem tanto para a cidadania como para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional e para a estabilidade da economia.

Queremos continuar no esforço de construir uma sociedade com cidadãos mais bem informados e conscientes de seus direitos e deveres em relação à vida financeira, que criem o hábito de poupar e que sejam capazes de gerir seus recursos, adequadamente, e de se relacionar com o Sistema Financeiro Nacional.

Como podem perceber, não se trata de mera alteração de nome, mas de reconhecer que caminhamos para um objetivo mais ampliado: o da cidadania financeira, tema que integrará, para o próximo quadriênio, um dos objetivos estratégicos do Banco Central, que é “promover a cidadania financeira e fortalecer o relacionamento com a sociedade e com os poderes públicos”

As discussões neste Fórum estarão centradas em questões relacionadas aos pilares do conceito de cidadania financeira: educação financeira, proteção e inclusão financeira da população. Serão realizadas oficinas temáticas simultâneas, com quatro temas norteadores: 1) Inclusão Financeira dos Pequenos Negócios; 2) Relacionamento do cidadão com o Sistema Financeiro Nacional; 3) O cidadão e o bem-estar financeiro; e, 4) Cidadania e vulnerabilidade financeira.

Este primeiro Fórum de Cidadania Financeira tem como objetivo definir linhas de ação e compromissos a serem seguidos nos próximos anos. Os debates que acontecerão aqui nesses dois dias visam a delinear o caminho a ser trilhado. Por isso, sua participação efetiva é muito importante!

O Banco Central selecionou, ainda, iniciativas inovadoras que ajudam a promover a cidadania financeira, com o propósito de dar visibilidade às inovações e, assim, refletir sobre esse novo panorama. Os senhores e as senhoras poderão conhecer essas experiências na oficina “Vitrine de Inovações”, onde serão apresentadas onze experiências inovadoras, selecionadas em chamada pública dentre iniciativas que utilizam métodos ou tecnologias que contribuem para avanços em cidadania financeira. Trata-se de mais um espaço com vistas a enfatizar o papel das novas tecnologias colocadas a serviço do cidadão – preocupação relevante em nossa agenda de trabalho.

Já que estamos falando em construirmos uma sociedade com cidadãos mais bem informados e conscientes financeiramente, permitam-me convidá-los para conhecer um projeto inovador do Banco Central. Dedicamos um espaço em nosso Museu de Valores chamado *Você Já Parou para Pensar?*, cujo objetivo é aplicar conceitos de psicologia econômica de forma que o visitante reflita sobre a importância da educação financeira no orçamento pessoal. Para que vocês possam conhecer um pouco desse trabalho, trouxemos uma amostra do projeto, disponível para visita em nosso *stand* na entrada deste auditório, à direita do credenciamento. Faço votos que aproveitem o espaço e possam visitar, também, o projeto no Museu de Valores do Banco Central aqui em Brasília.

Por último, tenho a honra de anunciar a publicação do Regulamento do “Prêmio Banco Central de Economia e Finanças”, lançado em agosto passado pelo Presidente Alexandre Tombini, cujo objetivo é estimular a pesquisa nos campos da ciência econômica e dos temas relacionados à missão institucional do Banco Central, incluindo-se o tema Cidadania Financeira. O prêmio será outorgado anualmente a trabalhos de alta qualidade técnica, escolhidos mediante concurso. Já se encontram divulgados em nossa página na internet o regulamento e as demais informações para essa primeira edição do concurso, que terá como tema “Política Monetária”.

Pretendemos que seja uma ação permanente e que contribua para estimular a pesquisa nos campos da ciência econômica e dos temas relacionados à missão institucional do Banco Central. Convido a todos para participarem de mais essa iniciativa do Banco Central do Brasil.

Senhoras e senhores, lembro a todos que o Fórum de Cidadania Financeira não é um fim em si mesmo. Estamos aqui para discutir desafios e encontrar soluções. Os resultados serão de grande importância para seguirmos avançando. Nosso trabalho para a promoção de um sistema financeiro eficiente, inclusivo e competitivo não se encerra amanhã. Ao contrário, inicia-se uma nova etapa. Convido a todos para se engajarem ativamente nas discussões e aproveitarem ao máximo as oportunidades deste evento.

Para consolidar o conceito de Cidadania Financeira, convido a todos para assistirem a um [vídeo](#).

Tenham um bom dia.